

2023

# JUVENTUDE CHEGA

---





A Juventude CHEGA (JCH) reuniu os seus órgãos nacionais, regionais e distritais em Braga, no passado dia 7 de Janeiro, naquela que foi a sua I Reunião Plenária. A mesma teve como principal ponto da ordem de trabalhos, a apresentação e votação de moções temáticas e setoriais, para cujas áreas de intervenção, a JCH deve vocacionar prioritariamente a sua ação política. Foi uma demonstração clara de democracia interna, e mais do que isso, de envolvimento participativo dos jovens na definição das linhas orientadoras que pautarão a ação da JCH nos próximos anos.

De facto, se a visão de Estado e de País que preconizamos, se define pela construção de uma sociedade *bottom-up* e não por uma imposição estatista de cima para baixo, com muito maior ordem de razão, na nossa estrutura interna, temos de pugnar pelo mesmo. Da mesma forma que são as comunidades locais, como *corpos intermédios*, que melhor conhecem o terreno e, por conseguinte, as reais necessidades dos cidadãos das suas regiões, também são os jovens que compõem as Comissões Políticas Distritais e Regionais da Juventude que melhor nos permitem ter uma ideia real e objetiva, acerca dos problemas e anseios dos jovens portugueses.

Esta Moção é, pois, fruto da reflexão crítica, do pensamento político, e do conhecimento empírico que os jovens do Chega têm acerca do que se passa no seu país e nas suas regiões. Que futuro? Que esperanças? Que país queremos deixar? Estas e muitas outras inquietações tolhem-nos o pensamento, mas ao mesmo tempo impelem-nos a lutar cada vez com mais convicção. Sabemos que esta moção não é um programa político completo. Esse, no seu devido tempo, terá o seu lugar. Mas temos para nós que esta Moção, nas suas linhas fundamentais, reflete as nossas principais preocupações políticas e servirá de base para as propostas a defender e apresentar no futuro.



## Índice

1. Nação e Identidade – Uma Juventude para o Futuro
2. Forças de Segurança: Ingressão na Carreira
3. Defesa Nacional – Em defesa das Forças Armadas Portuguesas
4. Fixação dos Jovens no Interior: Combate ao despovoamento do Mundo Rural
5. Política Fiscal: O IRS Jovem
6. Políticas Públicas de Habitação Jovem
7. Participação Política
8. Educação
9. Saúde Mental

## 1. Nação e Identidade – Uma Juventude para o Futuro

A Moção de Estratégia Global que apresentamos nesta V Convenção começa por observar o primeiro ponto do programa político do Partido CHEGA, que afirma que este se filia “à tradição civilizacional portuguesa, europeia e ocidental por pressupor que o primado moral da autorresponsabilidade antecede e determina tudo o resto na condição humana”. Mais, o CHEGA segue o primado da autorresponsabilidade, primado esse que no campo religioso “deriva da matriz milenar judaico-cristã e, no campo intelectual, deriva da matriz milenar greco-romana”.

Contudo, o que se constata é um Portugal cada vez menos Português e dos Portugueses. Uma Europa cada vez menos Europeia e dos Europeus. Uma civilização Ocidental cada vez menos Ocidental. Vivemos uma clara crise de valores e de identidade. O primado da autorresponsabilidade, pelo qual nos pautamos, tem sido colocado de lado, sendo substituído pelo primado moral da vitimização e dos oprimidos, primado esse que vem sendo disseminado tal como uma praga, desde a Revolução Comunista iniciada na Rússia em 1917. Assente nesta lógica dicotómica dos opressores vs oprimidos, uma nova ordem social foi-se impregnando pelo mundo, instrumentalizando sociedades e os seus indivíduos a uma condição de vítimas perenes, de tal ordem promíscua que manipula os próprios indivíduos a autodefinirem-se nessa condição. Este primado da vitimização, de matriz soviética, remete o indivíduo para fora da sua consciência, para fora da sua própria condição humana, externalizando a carga da sua responsabilidade para a sociedade ou para o mundo, a parte agressora. Nada podia ser mais antagónico ao primado que defende o CHEGA.

Ora, estando esta Juventude orientada para o futuro da nossa Nação, e seguindo o primado da autorresponsabilidade, torna-se imperativo, mais que nunca, reafirmar a identidade das Nações da Europa, Nações livres e Soberanas em busca da harmonia e coesão social. Defendemos esta Europa, que nasceu do encontro entre Jerusalém, Atenas e Roma, como tão bem afirmou o Santo Padre Bento XVI.



Ser-se responsável e realista nesta Juventude – que se quer como braço armado do Partido – é entender que Portugal tende a deixar de ser Portugal. As agendas globalistas que carburam a toda a força, e que em terras de Viriato se infiltraram com a anuência e consentimento de todas as outras forças partidárias, encaminham a nossa quase milenar Nação à indignância, à subserviência, e, colocam os portugueses na rota da estagnação, da pobreza e da insegurança.

Fica, portanto, mais que evidente a necessidade que existe em agir na prossecução do primado da autorresponsabilidade, tanto a nível coletivo como individual, razão essa pela qual o Partido CHEGA, como nenhum outro, introduz essa realidade na sua matriz ideológica bem como em todas as políticas e iniciativas que apresenta.

É tempo de dizer CHEGA, é tempo de devolver a dignidade a Portugal, aos portugueses, e nomeadamente ao seu futuro, aos jovens portugueses. É altura de agir, de se acabar com o conformismo e levantar de novo as nossas Quinas que deram a descobrir novos Mundos ao Mundo.

E é esse desígnio a que está vetada a Juventude do Partido CHEGA. A devolver o orgulho, a esperança e o futuro aos jovens portugueses, e a combater todos aqueles que nas últimas décadas destruíram e roubaram Portugal.

E um dos temas que muito tem afligido a realidade nos nossos jovens, é a Habitação. Realidade mais pura e cristalina é o facto de que os programas socialistas para a habitação jovem, desde “Porta 65”, “Renda Acessível”, “1º direito”, entre outros, falharam. Basta observar as taxas de adesão a tais programas para se depreender que são autênticos falhanços. Importa ainda frisar um dos mais relevantes dados no que concerne a esta temática dos jovens e da habitação. Os jovens portugueses são os que mais tarde saem de casa dos pais, em média aos 33,6 anos de idade, uma realidade bem díspar comparativamente à média europeia que se fixa nos 25,5 anos. E a tendência em Portugal é para que este cenário se agrave. Os jovens

portugueses, por muito que tenham a ambição de dar este passo tão marcante na passagem à vida adulta, simplesmente estão impossibilitados de o fazer.

E as razões são muito objetivas: começando pelos baixos salários e precariedade – (ex.) 3 em cada 4 jovens auferem menos de 950,00€; o praticamente inexistente parque habitacional público, aliado a uma péssima gestão no que respeita ao equilíbrio com a iniciativa privada ou com o setor social; ora, tudo isto, leva a uma total incapacidade de um jovem português comportar os atuais valores do mercado imobiliário. Não podemos deixar de realçar como o flagelo da falta de habitação condigna em Portugal é o mais puro reflexo e consequência das políticas do Partido Socialista.

A somar a este cenário, deparamo-nos com uma conjuntura internacional instável, tanto económica e socialmente, com taxas de juro cada vez mais altas e valores de inflação muito elevados. A desculpa ideal para perpetuar o spin do Largo do Rato. Mas bem sabem, aqueles que simplesmente buscam a Verdade, que é a conjuntura interna de um país dominado há 20 dos últimos 27 anos pelo Partido Socialista, a lançar Portugal e os seus jovens para este desesperante cenário. Infelizmente, Socialismo e III República têm sido sinónimos.

Em Portugal, políticas sustentadas no apoio à habitação jovem não passam de miragens e, portanto, é necessário seguir os bons exemplos que nos têm chegado do estrangeiro e alterar o assustador paradigma português de que apenas 10% dos créditos à habitação tenham sido concedidos a jovens até aos 35 anos.

Que país é este onde não se observam jovens a quererem comprar a sua primeira casa e contruir a sua família?

A compra da primeira casa representa um dos principais passos na vida adulta de um jovem. É tempo de olhar para os jovens de Portugal como o futuro do nosso país, é fundamental promover políticas que os apoiem concretamente, diretamente e substancialmente.

Em primeiro lugar é obviamente primordial um alívio fiscal isentando, a título de exemplo, os jovens do imposto de selo – contudo conhecemos bem a carga fiscal em Portugal e que o nosso sistema tributário é efetivamente dos menos competitivos da OCDE. Mas é de facto preciso chegar mais longe, e olhando para exemplos como Eslováquia, Hungria, Lituânia, Estónia, Finlândia ou o próprio Reino Unido, entre muitos outros na verdade, existem planos efetivos de apoio à aquisição da primeira habitação. Aliás, Portugal por seu turno, conta-se entre os poucos países da Europa onde não se verificam estes apoios, mas sim meros subsídios irrealistas e desfasados, que apenas chegam a alguns e sempre de modo a perpetuar o tal primado da vitimização e dependência e que nos levaria por conseguinte à questão da habitação social e da subsidiodependência face ao Estado.

Mas centrando o tema das políticas de habitação a jovens portugueses – de bem – existem programas em que o Estado pode junto das instituições bancárias negociar créditos à habitação jovem em que as condições são substancialmente mais favoráveis e nomeadamente que facilitariam a parte sempre mais difícil, que é a entrada inicial e garantia, maior parte das vezes incomportável aos jovens portugueses. Outros programas existem, cujos apoios são diretos para a construção de uma nova casa, ou então ressarcidos sem juros. Em suma, existem vários modelos que, se fossem devidamente aplicados, sem dúvida alguma melhoravam a vida dos jovens portugueses.

As políticas de apoio à aquisição da primeira casa são fundamentais para a promoção da instituição família. Incentivam e fomentam a estabilidade da vida pessoal e sobretudo a natalidade. E deparamo-nos com outro flagelo que assola Portugal, e este sim poderia ser considerado um verdadeiro problema “*climático*”, trata-se do inverno demográfico que enfrentamos.

Em 2021, a natalidade em Portugal atingiu um mínimo histórico desde que há registos. A média de idade para uma mulher ter filhos é superior aos 30 anos, e aumenta de ano para ano. Com a perpetuação do défice de políticas de apoio às famílias e

jovens, os nascimentos adiados poderão não ser recuperados, levando a que Portugal daqui a 25 anos possa ter menos 2 milhões de pessoas.

E voltamos ao primado da autorresponsabilidade. E do realismo político. O que é que nós ambicionamos? Não é contruir uma família? Ter filhos? Que Portugal vamos deixar aos nossos descendentes? Vamos continuar amorfos? Conformados? Deixar que implementem políticas suicidas assentes na substituição populacional que tanto almejam as forças globalistas?

A respostas é obvia. CHEGA!

As políticas de Natalidade – e daí a ambição e importância de se criar o Ministério da Família – devem ser orientadas por forma a combater a realidade que é a seguinte: um terço dos jovens nacionais querem sair do país; temos das taxas de Natalidade mais baixas da União Europeia; 1 em cada 4 portugueses é idoso, sendo que apenas este grupo etário foi o único a não perder população, mas sim até aumentar cerca de 20%.

Uma vez mais é importante seguir os bons exemplos que lá fora se praticam, neste caso da Hungria. Apoios e benefícios fiscais diretos a jovens casais durante os primeiros 24 meses de vínculo matrimonial. Também uma vez mais com apoios à habitação, variando neste caso o valor dos apoios consoante o número de filhos, por exemplo.

Um compromisso político com as famílias e a demografia que se traduza no investimento de 5% do PIB. É isto que aposta o Governo da Hungria nas políticas da família. Por cá, o Governo adia a atualização e aumento das “rendas” máximas do Porta 65, mantém os apoios disponíveis a um número limitado de beneficiários e perpetua a lógica de dependência perante o Estado.

Temos de promover a prossecução de políticas públicas assentes na instituição da família, incentivando os jovens a construir uma vida estável, a terem filhos e a comprarem casas, rasgando com as políticas que incentivam a permanência na casa

dos pais (qualquer dia) até aos 40, ou para quando saírem terem pela frente, uma vida com a casa às costas em arrendamentos permanentes.

Assim, urge novamente responder a uma questão: É certo que queremos a promoção destas políticas de incentivo à natalidade e à família, mas que futuro lhes queremos dar? Será uma sociedade, sem meios de defesa e sem forças de segurança, como tanto reivindicam as forças do “woke”?

Temos assistido em Portugal a inúmeros ataques às nossas forças de segurança, e sobretudo ataques políticos. As nossas forças de segurança são um dos pilares mais importantes do nosso país, e de qualquer Nação ordeira e livre. Apoiar as forças de segurança não é ambicionar um Estado “persecutório” ou “securitário”, mas sim dotá-las dos mais legítimos apoios, que vão desde o garantir que seja uma profissão considerada de desgaste rápido, passando pela implementação de bodycams; até à formação exímia dos seus profissionais como exemplos máximos do dito “cidadão exemplar”.

Mas todos estes temas que fomos referindo, como habitação, demografia e segurança, têm subjacente outro não menos importante: a educação. E note-se, não é que o Estado já não nos ajuda em nada para conseguirmos ser felizes no nosso país, como ainda quer ter o controlo dos nossos próprios filhos.

Claro que para o CHEGA esta questão é muito objetiva, à Família compete educar, ao Estado ensinar. Não vamos permitir que continuem a doutrinar a partir de dentro. Os pais e professores atentos e dignos, têm a missão de travar a inculcação ideológica, muitas vezes através de ideias perversas e promíscuas, a que são sujeitas as crianças portuguesas nas salas de aula.

A realidade é que, em vez de ideologias nauseabundas, o Estado devia fomentar a promoção e investimento do desporto em espaço escolar que tanta falta faz em Portugal, e que traria resultados tão mais positivos ao desenvolvimento das crianças e jovens.

E ainda perguntam “*eles*” quem somos nós para decidirmos se é o órgão reprodutor que pode identificar o género de uma criança. Fácil, não interessa. Primeiro porque não existem géneros, mas sim sexos, biológicos. Segundo, porque é a Verdade. Mas e o que é que eles respondem? Que a Biologia é fascista, misógina, racista, patriarcal, e um role de outras considerações? São medalhas que nos dão. Os que dizem combater os rótulos apressam-se a rotular-nos, simplesmente por observarmos a Verdade. Que continuemos a clamar tão alto esta Verdade, até que os cegos a vejam e que os surdos a ouçam.

Deus, Pátria, Família e Trabalho, é o que nos move.

## **2. Forças de Segurança: Ingressão na Carreira**

Dedicamos este segundo capítulo às nossas Forças e Serviços de Segurança, grupo profissional que tem sido tão esquecido e maltratado pelos sucessivos governos. Sendo uma Moção da Juventude, pretendemos sobretudo incidir nas questões inerentes à afluência dos jovens nas instituições das forças de segurança. Todos os dias somos bombardeados com notícias que relatam crimes de toda a ordem que são cometidos de norte a sul de Portugal e que, não raras vezes, nos deixam a refletir sobre as taxas de criminalidade e os índices acerca da violência cometida. Sendo que a questão que fundamentalmente se levanta é esta: Será o número de efetivos nas polícias suficiente para fazer face às ocorrências que diariamente se praticam? A resposta é não!

Antes de tudo, é necessário clarificar conceptualmente quem são e o que são as forças de segurança. Para tal vamos recorrer à legislação vigente, nomeadamente à Lei de Segurança Interna – Lei n.º 53/2008. No artigo 25º, nas suas alíneas 2 e 3, entendem-se como executores de segurança interna a Guarda Nacional Republicana (GNR); a Polícia de Segurança Pública (PSP); a Polícia Judiciária (PJ); o – extinto - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Serviço de Informações de Segurança sendo que, exercem ainda funções de segurança, nos casos e nos termos previstos na respetiva legislação os órgãos da Autoridade Marítima Nacional e do Sistema da Autoridade Aeronáutica. Ainda no artigo 25º deste estatuto, mas na sua primeira

alínea, verificamos que *“As forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidários e concorrem para garantir a segurança interna”*.

Através do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2021, sendo estes os últimos dados conhecidos, é possível efetuarmos uma análise sobre o número de efetivos que ingressaram ou saíram das respetivas instituições até ao dia 31 de Dezembro do ano em questão. Desta forma, chega-se à conclusão de que o saldo entre entradas e saídas de polícias das forças e serviços de segurança é assustadoramente negativo, uma vez que, à exceção da PSP, verifica-se um maior número de efetivos que saíram destas instituições com relação aos que entraram. Por fim, ao analisarmos também estes dados em comparação aos do ano anterior de 2020, concluímos que o número de efetivos reduziu em 0,9%.

Sabendo que para ingressar nestas instituições, um dos critérios indispensáveis é a idade, devido às exigências da própria profissão, podemos concluir que existe uma certa resistência e um claro desinteresse por parte dos jovens a ingressar na carreira das forças de Segurança.

Entendendo a importância da existência destes profissionais para o bem da população portuguesa é necessária uma clara inversão de políticas, para darmos resolução atempada a esta problemática e para que os jovens possam ver nas forças de segurança a possibilidade de uma carreira atrativa. Urge, portanto, que sejam criadas condições para tal.

A Juventude Chega propõe neste âmbito, que sejam apresentadas as seguintes medidas:

- 1) Os tempos previstos na lei em relação à progressão na carreira devem ser cumpridos garantindo que, os agentes têm o devido reconhecimento, nomeadamente através da salvaguarda do direito à promoção hierárquica.
- 2) Para além de um aumento remuneratório que se coadune com a exigência da profissão, deve ser reconhecido o pagamento do subsídio de risco a todos os

profissionais destas instituições, em conformidade com o que já acontece com outras polícias portuguesas. Este subsídio deve também ser ajustado tendo em conta o nível de perigosidade de cada área pois, não faria sentido, por exemplo, um agente comum da PSP receber o mesmo valor de subsídio de risco que um agente da PSP integrante de uma EPRI (Equipa de Prevenção e Reação Imediata) sendo que a descrição destes é *“Rapidez é palavra de ordem para as Equipas de Prevenção e Reação Imediata da PSP, que percorrem as cidades no combate à criminalidade violenta em motos que atingem mais de 200 km/h”* e, portanto, estão teoricamente mais expostos ao perigo.

3) É fundamental que se faça cumprir a legislação relativa à higiene, segurança e saúde no trabalho bem como que os profissionais tenham ao seu dispor instalações e equipamentos dignos para o exercício da sua atividade laboral.

4) A profissão deve ser valorizada no sentido em que os agentes não devem ser criminalizados à partida como muitas vezes o são, mas sim tratados com o devido respeito, o que deverá começar dentro das próprias instituições.

5) As viaturas utilizadas por estes profissionais para o exercício das suas funções deverão dispor de seguro automóvel para que, na eventualidade de um acidente (situação normal tendo em conta a velocidade que a urgência nas deslocações em prol da segurança do cidadão comum exige), os agentes não sejam punidos e não fiquem com os seus rendimentos congelados, tendo em conta que colocam as próprias vidas em risco para salvar a vida de terceiros. De forma geral, reconhecemos que é de máxima urgência que estas instituições garantam aos seus profissionais direitos fundamentais de cidadania, remunerações e condições de serviço condignas.

### **3. Defesa Nacional – Em defesa das Forças Armadas Portuguesas**

Dedicamos o 3º Ponto da nossa Moção às Forças Armadas. Rendemos-lhes a nossa singela, mas grata, homenagem. Não só pelo histórico papel que desempenharam, como também, pela importante missão que realizam, de salvaguarda da integridade e da soberania do Estado Português.

Ao longo últimas décadas temos assistido a um desejo de novas formas de imperialismo por parte daqueles que temos por nossos inimigos. Assistimos, também, a um reforço no armamento bélico por parte das principais potências e ao interesse crescente por posições geográficas que suportem a logística militar. Em contrapartida, nas últimas décadas, a União Europeia tem-se desleixado no que toca à defesa das suas fronteiras e os baixos orçamentos afetos ao setor militar, têm levado a uma impotência defensiva face aos nossos adversários.

Desde o fim do serviço militar obrigatório em Portugal, que as Forças Armadas Portuguesas têm perdido todos os anos efetivos militares. Nesse sentido, é convicção do Chega que esta tendência terá que ser revertida, para que o país fique dotado de capacidade militar, que lhe permitam precaver eventuais ameaças externas, particularmente num contexto onde a guerra deflagra na Europa, desde a invasão da Ucrânia pela Federação Russa. A debilidade das Forças Armadas é a debilidade de Portugal. O que está em jogo é a Soberania Portuguesa e a Independência e integridade Territorial. Por tudo isto, a JCH, recomenda como políticas a adotar neste âmbito que se proceda:

- 1) À criação de um regime de ingresso voluntário nas Forças Armadas Portuguesas, para os Jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, não discriminando aqueles que iniciando o seu percurso profissional na vida civil descobrem mais tarde a sua vocação para o serviço integral à pátria.
- 2) Valorização da carreira militar através do cumprimento das promessas governativas de reforço salarial dos efetivos criando mecanismos de fixação e atração à carreira.

#### **4. Fixação dos Jovens no Interior: Combate ao despovoamento do Mundo Rural**

As dificuldades sentidas pelos jovens portugueses quer ao nível da habitação, quer ao nível da empregabilidade, são transversais às várias regiões do país. Contudo, não podemos deixar de reconhecer que essas dificuldades são ainda mais acentuadas nas regiões interiores. A realidade a que um jovem que nasça no interior está hoje

sujeito é esta: muito trabalho, mas nem sempre na área de vocação dos jovens, pouco dinheiro, fraco acesso à cultura, poucas oportunidades, dificuldade no acesso a cuidados médicos. Em suma, pouco acesso a tudo. Num simples exercício empírico, podemos-nos questionar: “Nos nossos círculos de familiares e amigos, quantas são as pessoas que, sendo do interior, foram estudar para fora, e regressaram à sua terra?”

As zonas rurais e do interior são assoladas pela problemática do despovoamento. Um dos flagelos mais gritantes do nosso tempo. Os jovens como nós, maioritariamente sem oportunidades, vêm-se obrigados a partir para outros destinos à procura de melhores condições de vida. Deslocam-se para regiões com taxas mais elevadas de empregabilidade, mais incentivos à fixação ou redes de serviços públicos e privados mais próximos dos cidadãos. É urgente mudar este paradigma. É urgente combater o empobrecimento, o envelhecimento e o esvaziamento demográfico das nossas aldeias, vilas e cidades do interior e serão, sem dúvida, os jovens os principais agentes que podem contrariar a crescente desertificação. Posto isto, pretendemos neste capítulo da nossa Moção enumerar, de uma forma sucinta, algumas das nossas propostas para inverter esta realidade.

Em primeiro lugar devemos olhar para a oferta de serviços públicos nas regiões interiores, garantir a existência de serviços mínimos e apostar fortemente numa política transversal de apoios fiscais e benefícios aos profissionais de saúde e educação que se comprometam a fixarem-se no interior. Consideramos ainda fundamental a criação de incentivos aos jovens estudantes que escolham instituições de ensino, nomeadamente ensino superior, nas regiões do interior. Também no acesso à habitação – explanada no capítulo 6 da presente moção – defendemos que os programas de apoio ao arrendamento devem ser reforçados no interior e acompanhados de medidas como a isenção de IMI para os jovens que procuram adquirir casa nestas regiões.

Consideramos ainda ser fundamental a criação de emprego e de riqueza, através da atração de investimento de médio-longo prazo. Neste ponto falamos concretamente do Empreendedorismo Jovem. De facto, as transformações económicas, sociais e culturais das últimas décadas colocam a iniciativa individual jovem, e mesmo o auto-

emprego, como uma das áreas fulcrais da ação governativa do presente e do futuro. A definição de uma Estratégia Nacional (quer ao nível do Estado central, quer ao nível das autarquias locais) para o apoio e fomento do empreendedorismo jovem, assume hoje um papel central, particularmente em períodos de contração económica, como o que se atravessa atualmente.

É preciso fomentar a inovação e a criatividade nas regiões interiores, apoiando os jovens e capacitando-os com as ferramentas necessárias para que estes possam converter as suas ideias de negócio em projetos empresariais viáveis e com forte potencial de crescimento.

Para isso, defendemos:

- 1) A criação do Estatuto de Jovem Empreendedor do interior, conferindo-lhe isenções e benefícios fiscais para desenvolver a sua ideia de negócio e criar novos postos de trabalho;
- 2) Deve ser potenciado o alcance e a abrangência de iniciativas públicas e exposições já existentes, que funcionam como autênticas montras para o investimento, para a produtividade empresarial e para o estabelecimento de novos acordos, parcerias e contratos. Damos como exemplo, a criação de concursos de incentivo ao empreendedorismo, criação de uma rede de mentores e a promoção de um maior número de eventos nacionais ou regionais.
- 3) Deve haver ainda um regime de benefícios fiscais a empresas que contratem sem termo jovens e que privilegiem o teletrabalho, para assim combater eficazmente a precariedade laboral que ainda tanto se faz sentir e garantir que os jovens podem viver e trabalhar fora dos grandes centros urbanos.

## **5. Política Fiscal: O IRS Jovem**

Em consequência da crise pandémica, cujos efeitos na economia ainda se fazem e farão sentir nos próximos meses/anos, agravados pela situação de guerra na Ucrânia, esta com reflexos diretos na subida dos preços da energia, combustíveis e bens

alimentares, Portugal registou em julho deste ano uma taxa de inflação de 9,4% (a mais elevada desde outubro de 2011). Na zona EURO, para o mesmo período, a taxa de inflação fixou-se nos 9,1% (um novo máximo histórico). A juntar-se a isto, as previsões para 2023 não são em nada animadoras.

Em momentos de crise, em que se regista um agravamento das condições de vida dos cidadãos, e em que é previsível que essa situação se estenda no tempo, torna-se necessária a intervenção do Estado para garantir o suprimento das necessidades básicas dos seus cidadãos, como é o caso, também, da habitação, alocando para esse efeito os recursos necessários.

Ora, como é sabido, o início da carreira de qualquer jovem é, sem dúvida, um período difícil e de estabilização da sua autonomia financeira. Por outro lado, considera-se merecedora de todo o reconhecimento, a luta diária de alguns jovens em manter-se acima do limiar de sobrevivência quando a maior parte do seu tempo é consumida no esforço de valorização académica. Dirigida sobretudo aos trabalhadores-estudantes esta proposta segue o entendimento que estes devem ter um tratamento diferenciado, pelo que se propõe que a sua condição seja discriminada positivamente, mediante um enquadramento fiscal mais favorável.

Nesse sentido, a Juventude CHEGA propõe:

- 1) A anulação dos limites máximos de dedução do IVA relativo às despesas;
- 2) O alargamento da medida de IRS Jovem dos 18 até aos 35 anos, ampliando o período de benefício fiscal aos anos referidos e retirando a progressividade da aplicação. Propomos que o desconto se mantenha na ordem dos 50% ao longo de todo o período de benefício. Dada a volatilidade do início da carreira profissional e as dificuldades que as novas gerações atravessam nos vários âmbitos e setores a Juventude CHEGA vem propor um maior alívio da carga fiscal que é aplicada aos jovens em sede de IRS.

## 6. Políticas Públicas de Habitação Jovem

O direito à habitação é um direito fundamental de carácter social, decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana e da garantia de um padrão mínimo de vida. Todas as pessoas necessitam de um local adequado para a sua privacidade e intimidade familiar, bem como para a garantia de condições de vida, de saúde e bem-estar.

A preocupação com a habitação é um tema transversal a todas as gerações, no entanto, a dificuldade de acesso ao arrendamento tem sido particularmente sentida pelos jovens.

Segundo o estudo “*Os jovens em Portugal hoje*” realizado em 2021 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, três em cada quatro jovens ganham menos de 950 euros. Com este nível salarial, enfrentar as rendas elevadas é um desafio complicado para a geração mais jovem. Em 2021, a média de idade de saída de casa dos pais (33,6 anos) batia recordes.

Com efeito, a taxa de esforço das gerações mais jovens para a aquisição de habitação é das mais elevadas da Europa: 63% sobre o rendimento. Cerca de 30% dos jovens encontram-se em situação de trabalho temporário. O dobro da média da União Europeia. Em março, o desemprego jovem em Portugal (até 25 anos) era cerca de 21%, quase 4 vezes superior à taxa de desemprego geral. Os jovens com ensino superior perderam mais de 10% do rendimento ao longo da última década, realidade agravada pelo atual cenário de inflação. Assim, conseguir arrendar casa a um preço acessível é uma tarefa árdua e praticamente impossível para um jovem, sobretudo nas grandes cidades, onde os valores do mercado de arrendamento dispararam e a elevada procura de casas a par com a reduzida quantidade de imóveis disponíveis é uma realidade.

Ora a situação vivida pelos jovens hoje em dia, faz-nos concluir que as disposições constitucionais não estão a ser devidamente cumpridas. Especialmente

quando articuladas com as previstas no artigo 70.º também da CRP que estipula respetivamente que os jovens gozam de uma proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, designadamente, no acesso à habitação.

O acesso ao crédito à habitação é também uma dificuldade para os jovens quer pelas exigências das instituições bancárias (situação laboral estável, fiadores, pelo menos 10% do valor da habitação para entrada), como também pela burocracia e peso dos impostos (contrato promessa compra e venda, IMI, Imposto de Selo) e pelos elevados preços do mercado. Assim, apesar dos jovens manterem a cultura de proprietários tal como os seus pais e avós, vêm adiados os seus projetos pessoais.

As medidas que o Governo tem vindo a propor, deixam dúvidas quanto ao seu impacto, são manifestamente insuficientes e não irão resolver o risco real e o drama imediato de ser cada vez mais difícil a um jovem português emancipar-se. Por tudo isto, a Juventude CHEGA propõe que haja uma reforma estrutural na orientação das políticas públicas a serem tomadas em matéria de habitação.

- 1) Criação de um programa de apoio à aquisição de habitação própria e permanente para jovens até aos 35 anos, em que à semelhança do Reino Unido e da Hungria, o Estado auxilie os beneficiários no valor de entrada e sem juros.
- 2) Incentivo a uma revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) de forma que prevejam uma maior flexibilidade para a construção de habitações destinadas ao alojamento de jovens e de estudantes. Urge aumentar o parque habitacional e encorajar os proprietários a colocar os seus imóveis no mercado de arrendamento.
- 3) É público que o Partido CHEGA defende a extinção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), tido como “*o imposto mais estúpido do mundo*”. Conquanto não nos é permitido, para já, promover a abolição desse imposto, devemos propor nas diversas áreas uma redução muito significativa do mesmo. Nesse sentido, propomos, para privados que se comprometam a utilizar os seus edifícios, nomeadamente aqueles que se encontrem devolutos, para a construção de habitações/ residências para estudantes

durante um período mínimo de 5 anos, uma redução do valor do IMI para a taxa mínima.

1) A isenção de Imposto de Selo para jovens casais dos 18 aos 35 anos, que tenham 3 ou mais filhos. Deve o Estado apoiar as famílias que se constituem numerosas, também mediante a ajuda na compra de casa.

2) A Juventude CHEGA propõe o reajustamento dos programas de apoio ao arrendamento jovem, nomeadamente o Porta 65 e outros, adequando os valores da renda máxima admitida aos valores praticados no mercado e aumentando o valor orçamentado de forma a abranger mais jovens.

## **7. Participação Política**

Em 2019, era na faixa etária dos 18 aos 30 anos que mais se concentravam os abstencionistas em Portugal, tendência que se acentuou nas várias eleições de 2022.

No entanto, a participação política é hoje um fenómeno de âmbito mais abrangente nas suas modalidades. Desta forma, se é de senso comum o alheamento dos jovens face ao voto, o mesmo não pode permitir aferir um afastamento total destes cidadãos da participação política. Os jovens expressam-se, manifestam-se e procuram pressionar os decisores políticos através de novos meios, nomeadamente os meios digitais. Assim conclui o estudo recente da Fundação Calouste Gulbenkian “A participação política da Juventude em Portugal”, que esvazia a ideia de que as novas gerações não são comprometidas com o seu futuro e com as esferas de decisão.

Porém, no que concerne às formas de participação política convencional, isto é, à militância em Partidos Políticos, a tendência tem sido decrescente neste segmento etário. Apontam-se como causas a falta de oportunidades e lugares de destaques para os mais jovens nas estruturas internas, a indisponibilidade para inclusão das preocupações dos jovens nas linhas programáticas e a infantilização das estruturas juvenis que segmentam os partidos e acentuam o afastamento do jovem e dos organismos do partido. Apesar destes problemas não se verificarem na dinâmica interna do Partido CHEGA, não devemos por isso minorizá-los. A Juventude do

CHEGA entende que o Partido deve manter um compromisso sério no combate ao abstencionismo, particularmente nas novas gerações, procurando promover também uma militância jovem que inverta as tendências nacionais. A aposta feita nestes militantes é uma aposta na garantia do futuro e da continuidade dos ideais e bandeiras do Partido. Assim, esta militância não só deve ser incentivada, como também apoiada de forma particular e contínua pela exposição à pressão nas diferentes esferas desde a educação, aos pares ou aos media.

Comprometidos com este objetivo de levar a voz do Partido CHEGA aos jovens portugueses, propomos como medidas:

- 1) A aprovação de um Regulamento Interno da Juventude CHEGA em sede de Concelho Nacional.
- 2) A isenção de quotas dos militantes entre os 16 e os 25 anos, como forma de incentivo à militância e participação jovem, reconhecendo o dinamismo e o enriquecimento de ideias que as novas gerações trazem ao debate democrático.
- 3) Que se privilegiem as atividades de carácter formativo direcionadas aos jovens militantes e a proximidade dos eleitos do CHEGA com os estabelecimentos de ensino escolar e universitário para combater o clima de censura e promover o pensamento livre e verdadeiramente democrático ao longo do percurso formativo.

## **8. Educação**

Ao longo dos últimos anos temos assistido a uma degradação acentuada no sistema de ensino em Portugal. As sucessivas greves e as quase permanentes manifestações do pessoal docente e não docente são o reflexo disso mesmo. A par da precariedade laboral, de questões relacionadas com a contagem do tempo de serviço, ou a descentralização de competências para o âmbito municipal, há outras questões, também estruturais, que importa realçar. O último meio século da nossa vida coletiva caracterizou-se pela monopolização ideológica do ensino, sob a tutela centralista do Ministério da Educação. O legado destes 48 anos de um ensino tutelado por agentes

de Esquerda e de Extrema-Esquerda, é, como refere o nosso programa eleitoral, de um “*sistema de ensino inimigo do conhecimento do respeito e da boa educação; um sistema inimigo dos que não podem pagar o ensino privado e mais necessitam de uma escola de qualidade que sirva de elevador social*”. Esta situação, dado ao quadro atual, é preocupante pois ilustra o domínio absoluto das forças esquerdizantes, inimigas por excelência da liberdade de pensamento, de expressão e de escolha. Estas forças retrógradas semeiam propaganda política nos programas escolares e nos currículos académicos, nos estabelecimentos e onde quer que possam chegar, distorcendo a realidade atual, a verdade biológica dos seres humanos, ou o passado histórico, português ou estrangeiro, numa desenfreada tentativa de criar um *Homem Novo*, pela formatação das mentes dos jovens.

Assim, a Juventude CHEGA, propõe como medidas fundamentais e prioritárias:

- 1) A reformulação do Programa da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, para que esta passe a abordar temas realmente importantes e pertinentes para o desenvolvimento intelectual e cívico das novas gerações, como Economia, Direito, Constitucionalismo, Literacia Financeira e Finanças
- 2) A despolitização dos conteúdos escolares de temas como o «Multiculturalismo», ou a designada «Ideologia de Género», porque a dignificação da identidade dos jovens nasce antes de valores e conhecimentos filiados à herança intelectual da secular cultura portuguesa e milenar europeia, da afinidade a tradições e ao património natural e deificado do nosso país, e do respeito pelos símbolos e monumentos históricos nacionais.

## 9. Saúde Mental

Muito se fala, no meio escolar e universitário, acerca dos problemas de “ansiedade”, “depressão”, das múltiplas fobias e outros transtornos, que hoje afetam largas camadas da faixa etária juvenil. A título de exemplo, citaremos apenas dois estudos. Numa investigação desenvolvida no ano letivo 2021/2022, pela Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, ficou demonstrado que 42% dos jovens da

amostra revelaram ter um quadro de “sintomatologia depressiva”. Ora, num estudo ainda mais recente, levado a cabo pelo Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, ficam claros dois aspetos: 1) A pandemia da Covid-19, por via dos confinamentos sucessivos, veio aumentar percentualmente os níveis de depressão, e os sintomas de ansiedade. 2) São entre as mulheres, na faixa etária dos 18-39 anos, que encontramos números percentuais mais elevados.

Enquanto Juventude Partidária, não pretendemos a partir dos dados acima citados, discorrer acerca dos seus motivos. Deixamos essas discussões hermenêuticas para investigadores e cientistas, para que delas se ocupem. Enquanto decisores políticos temos que ser sintéticos e pragmáticos. Temos um problema, há que o resolver.

A primeira questão que gostávamos de trazer a terreiro neste capítulo final é a necessidade – senão mesmo a urgência - de uma clarificação dos conceitos operatórios que usamos enquanto sociedade, e que tão fundamentais são para uma boa literacia em saúde e para evitarmos os comuns erros de conceptualização.

## O que é a Saúde Mental?

A Organização Mundial da Saúde (OMS), com todos os inegáveis defeitos que tem, continua a ser a grande bitola que nos orienta ao nível destas definições. Diz então a OMS que a Saúde Mental é *«o estado de bem-estar no qual o indivíduo tem consciência das suas capacidades, pode lidar com o stress habitual do dia-a-dia, trabalhar de forma produtiva e frutífera, e é capaz de contribuir para a comunidade em que se insere»*. É, portanto, um estado de saudável harmonia interna ao indivíduo, que permite lidar com as suas situações do dia-a-dia, mas também com os outros (família, amigos, colegas de trabalho) em sã convivência.

Ora, é justamente quando este equilíbrio mental é posto em causa, é fragilizado ou alterado por uma perturbação psiquiátrica ou médica, que estamos perante um problema de doença mental. A noção de “Doença Mental”, tantas vezes tida com um certo preconceito, é algo sério, clínico e cientificamente reconhecido e contemplado.

A doença mental tem implicações várias, tanto para o próprio indivíduo como para os demais. Afeta negativamente a sua capacidade de escolha, levando a uma diminuição das funções a nível individual, mas também a um nível mais amplo com uma diminuição na qualidade de vida no âmbito familiar e social.

As doenças mentais, em sentido lato, de ausência de um equilibrado estado de saúde mental individual ou coletivo, são dos flagelos mais gritantes do nosso tempo. A resposta tem de ser dada nos meios próprios, que são essencialmente dois: 1) As escolas e as Universidades, onde as crianças e jovens mais tempo passam; 2) Os hospitais, centros de saúde e clínicas particulares, para os casos onde for necessário um acompanhamento clínico mais profundo.

Nestes âmbitos, quer nas instituições de ensino públicas quer nos serviços de saúde, a carência de profissionais especializados é dos problemas endémicos mais aflitivos com que nos deparamos. Isto porque, ao contrário das doenças físicas, que são tangíveis, detetáveis, visíveis, as doenças do foro mental passam muitas vezes incólumes aos olhares menos atentos. Mas estão lá, e se não forem devidamente tratadas, podem ter consequências catastróficas. Não é demais recordar os números verdadeiramente assustadores do estudo da *Health Behaviour in School-aged Children* (HBSC) - realizado em Portugal para a Organização Mundial de Saúde, do ano de 2015. Nele podemos observar como 1/6 dos jovens entre os 12 e os 15 anos já se tinham automutilado, ou infligido uma dor voluntária a si próprios.

Não podemos ter escolas sem psicólogos. Ou pior, professores já de si sobrecarregados com trabalho, a acompanharem alunos sem terem formação nesta área. Não podemos ter centros de saúde sem psicólogos. As listas de espera para consultas de pedopsiquiatria não se podem arrastar por tempos intermináveis. Sendo que são estes profissionais que podem passar atestados médicos e receitas de medicamentos, por vezes essenciais para o tratamento clínico atempado dos doentes.

Os diretores dos estabelecimentos de ensino, quando interpelados sobre o tema, são perentórios: o perfil do jovem aluno na última década tem vindo a alterar-se;

mas, sobretudo no período pós-pandemia, a procura por apoio nos gabinetes de psicologia escolar triplicou. Não há recursos humanos que deem vazão às necessidades dos jovens estudantes. Em 2020, antes ainda do deflagrar da pandemia, o Sindicato Nacional dos Psicólogos afirmava ser manifestamente insuficiente o número de psicólogos a trabalhar nas escolas portuguesas, que na altura se cifrava num total de 1200. Apesar das promessas do Ministro da Educação, João Costa, de aumentar este valor – e até de, em parte, terem entrado para função pública nesta área, mais algumas centenas de psicólogos – estes tendem a ser cada vez mais escassos para os milhares de pedidos de auxílio a que têm de socorrer.

Propomos, nesse sentido:

1) A abertura de um ampliado e atrativo concurso público para que mais profissionais venham dar cobertura às necessidades existentes no setor. Este imperativo não é só geracional, alcança mesmo no longo prazo, uma meta de desígnio nacional. A continuidade da pátria e a sanidade dos seus habitantes é, em última análise, o que está em causa.

O segundo aspecto sobre o qual nos gostaríamos de debruçar ao analisar este tema, prende-se com a carência de profissionais ligados à psicologia e psicoterapia no Serviço Nacional de Saúde. A Saúde Mental passou, nas últimas décadas, de um completo tabu a um estado de normalização desvalorizadora. A atenção mediática e política que é dada ao tema não se reflete num aumento da escala de serviços de saúde mental de qualidade que esteja alinhado com as reais necessidades das populações. O que verificamos, na verdade, é um considerável hiato entre o discurso político e a sua aplicação prática por quem tem o poder decisório.

Nesse sentido, propomos como algumas das medidas que podiam ser implementadas, as seguintes propostas:

1) A articulação dos serviços de saúde mental com os cuidados de saúde primários. Fazendo jus à velha máxima *Mens sana in Corpore sano*, é fundamental, ainda para mais num contexto onde uma parte substancial das doenças do foro mental têm

implicações do ponto de vista físico, que haja dentro do SNS, uma atuação conjunta e articulada entre os vários ramos da medicina.

2) Face à continua e elevada procura por este tipo de cuidados de saúde, impõe-se a requalificação das instalações dos serviços locais de saúde mental, bem como a criação de novas unidades de atendimento e internamento nos locais onde disso houver necessidade.

3) A Implementação de Estratégias de Prevenção e Promoção da Saúde Mental junto das entidades escolares de forma séria e profissional.

4) Numa altura em que tanto se fala em minorias, importa que o Estado se lembre daquelas que têm sido reiteradamente esquecidas, talvez por não representarem fatias significativas do eleitorado. Falamos das pessoas com demência, algumas delas com problemas congénitos ou crónicos, que os arrastam consigo para a vida toda. Há que haver um acompanhamento permanente destas pessoas, por parte dos serviços de saúde e de integração social, na medida do possível.

5) Os sucessivos orçamentos do Estado têm vindo a definir metas ambiciosas no sentido de alargar a rede nacional de cuidados integrados para a saúde mental. Todavia, a verdade é que boa parte do que é expresso no papel fica-se por aí. Importa executar efetivamente este alargamento, estudando, dentro das possibilidades existentes, que verbas do PRR se podem alocar para esta área.

6) Criação do Cheque Saúde Mental, para que o utente possa, em casos de demora prolongada na marcação de consultas de psicologia ou psiquiatria no setor público, ser atendido em tempo útil, no setor privado ou no setor social, sem que isso acarrete custos adicionais para o doente.